

SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DA TERRA*

KARL MARX

Sobre a pág. 1. A propriedade da terra... fonte originária de toda riqueza, converteu-se no grande problema, de cuja solução depende o futuro da classe operária.

Sem [pretender] entrar aqui na discussão de todos os argumentos que têm sido aduzidos pelos defensores da propriedade privada da terra - juristas, filósofos e economistas -, nos limitaremos, no momento, a deixar assentado que eles encobrem o *feito originário* das conquistas sob o manto do "*direito natural*". E se a conquista criou o direito natural de poucos, a muitos basta reunir as forças suficientes, para adquirir o direito natural de reconquistar o que lhes fora arrebatado.

Ao longo da história, os conquistadores tratam sempre de dar, por meio das leis que eles mesmos promulgam, um certo referendo social a seus títulos possessórios, originados simplesmente da força. Até que, por último, vem o filósofo, que se encarrega de explicar que ditas leis contam com o assentimento geral da sociedade. Entretanto, não resta dúvida de que, se a propriedade privada da terra repousasse mesmo nesse assentimento geral, ela desapareceria a partir do momento em que a maioria da sociedade deixasse de reconhecê-la.

Porém, se deixarmos de lado os chamados "direitos" da propriedade, comprovaremos que o desenvolvimento econômico da sociedade, o crescimento e a densidade da população, a exigência de um trabalho coletivo e organizado, assim como a maquinaria e outros utensílios, convertem a nacionalização da terra em uma "*necessidade social*", frente a qual de nada serve falar dos direitos de propriedade.

As mudanças obtidas por uma necessidade

social acabam abrindo passagem, cedo ou tarde; quando essas mudanças respondem a uma exigência premente da sociedade, não há mais remédio, senão o de se submeter a elas, e a legislação ver-se-á obrigada, queiramos ou não, a reconhecê-la.

Necessita-se é de um incremento diário da produção, cujas exigências não podem ser satisfeitas, se se consente que uns quantos indivíduos a regulem, de acordo com seu capricho ou com seus interesses privados ou esgotem, por ignorância, as forças da terra. Acresce que não havia outro caminho que não o de dar entrada na agricultura a todos os métodos modernos, como a irrigação, a drenagem, o emprego do arado a vapor, a aplicação de adubos químicos, etc. Mas não podemos empregar eficazmente os conhecimentos científicos que possuímos, nem os meios técnicos de cultivo da terra, que temos ao nosso alcance - a maquinaria, etc. - a menos que estejamos em condição de cultivar, em grande escala, uma parte considerável da terra.

O cultivo da terra em grande escala - inclusive sob a atual forma capitalista, que rebaixa o produtor ao papel de simples besta de carga - conduz necessariamente a resultados muito superiores aos que se podem lograr, mediante o cultivo de pequenas parcelas disseminadas, e não há dúvida de que, aplicado em escala nacional, esse cultivo imprimiria à produção um impulso gigantesco. As necessidades incessantes e crescentes da população, de uma parte, e, de outra, a alta constante dos preços dos produtos agrícolas vêm demonstrar, de um modo inquestionável, que a nacionalização da terra passou a ser uma

* MARX, K., ENGELS, F. *Escritos econômicos vários*. México: Grijalbo, 1975. p 229-31. Traduzido por José Flávio Bertero e Ana Maria de O. Rosa e Silva.

"necessidade social".

O retrocesso da produção agrícola, nascido do abuso individual, tornar-se-á impossível, a partir do momento em que o cultivo da terra se coloque sob o mando da nação e se realize às expensas e em benefício dessa nação.

Pág. 5. Alude-se com frequência à França, porém esse país, com o *regime de propriedade camponesa* que nele prevalece, se encontra mais distante da nacionalização da terra do que a Inglaterra, onde impera o regime de latifúndio. Certo é que, na França, a terra está ao alcance de quantos possam comprá-la. Contudo, foi precisamente isso que a conduziu à divisão da terra em pequenas parcelas, cultivadas por pessoas que dispõem apenas de meios escassos e se vêem obrigadas a ater-se, quase exclusivamente, a seu trabalho pessoal e ao de suas famílias. Essa forma de propriedade da terra, base do cultivo de parcelas disseminadas, não só é incompatível com o emprego da técnica agrícola moderna, senão também, converte o agricultor em resoluto inimigo de tudo o que seja progresso social e, principalmente, da nacionalização da terra.

Preso à terra, à qual se viu forçado a entregar todas suas energias vitais, para extrair dela um rendimento relativamente exíguo; obrigado a ceder a maior parte de seu produto ao Estado, na forma de impostos, à camarilha forense, em forma de custos judiciais, e ao usurário em forma de juros; submerso na mais completa ignorância quanto ao movimento social, já que não vê nada além dos estreitos limites de sua parcela, o camponês se sente, todavia, cegamente apegado ao seu pedaço de terra e ao seu título de propriedade, puramente nominal. Tudo isso acaba levando o camponês francês a um antagonismo fatal com a classe operária que trabalha na indústria. O regime de propriedade dos camponeses constitui o maior dos obstáculos para a "nacionalização da terra", razão pela qual não é a França precisamente, no seu estágio atual, o país no qual devemos ir buscar a solução desse grande problema.

A nacionalização da terra, para arrendá-la em pequenas parcelas a particulares ou a sociedades de trabalhadores, sob um governo burguês, só servirá para desatar entre eles a mais furiosa concorrência, fomentar a alta "renda" e brindar quem se apropriou da terra com novas possibilidades de viver às custas dos produtores.

No Congresso Internacional, celebrado em Bruxelas em 1865, disse um de meus amigos: "A pequena propriedade privada tem sido condenada pela ciência, e a grande, pela justiça. Só resta uma alternativa: que a terra passe a ser propriedade de associações de agricultores ou propriedade de toda a nação. O futuro se encarregará de decidir isso."

Porem eu digo que o futuro só poderá ser um: que a terra seja propriedade da nação. Entregá-la a seus cultivadores associados equivaleria a pôr a sociedade inteira nas mãos de uma classe distante dos produtores. A nacionalização da terra trará consigo uma total transformação na relação entre trabalho e capital e acabará, no final das contas, como toda a produção capitalista, tanto na indústria como na agricultura. E somente então desaparecerão as diferenças de classe e os privilégios, ao desaparecer a base econômica sobre a qual se assenta, convertendo a sociedade numa associação de "produtores". O viver à custa do trabalho de outros passará para a história. Deixarão de existir um governo e um Estado enfrentando a mesma sociedade.

A agricultura, a mineração, a indústria, numa palavra, todos os ramos da produção, irão se organizando gradualmente de modo mais eficaz e proveitoso. A *centralização nacional dos meios de produção* passará a ser a base natural de uma sociedade formada por associações de produtores livres e iguais, que atuarão conscientemente, de acordo com um plano comum e racional. Tal é a meta para a qual tende o grande movimento econômico do século XIX.